

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

**A CRISE NO FINAL DO SÉCULO XX E A GESTÃO DO TERRITÓRIO**

*Giovana Mendes De Oliveira*

*Boletim Gaúcho de Geografia, 26: 89-96, jul., 2000.*

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39637/26523>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



**Portal de Periódicos**  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

## Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - jul., 2000

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

## A CRISE NO FINAL DO SÉCULO XX E A GESTÃO DO TERRITÓRIO

*Giovana Mendes de Oliveira\**

O mundo vive uma crise. Esta é uma afirmação recorrente na produção teórica atual. Tudo indica que chegamos no final do século com uma sensação de ruptura do equilíbrio existente. E como não poderia deixar de ser, este é um momento de dúvidas e incertezas, mas também de construção de novas propostas para dar conta da realidade em que vivemos.

Este artigo se concentra justamente nas propostas que estão colocadas neste final de século. Não em todas, uma pretensão impossível, pois os mais diversos setores da sociedade têm desenvolvido novas idéias. A título de exemplo, podemos citar a medicina que hoje questiona a sua tradição "anátomo-patológica, organicista e nosológica e se volta para uma visão clínica integral"<sup>1</sup>, onde espírito e matéria estejam unidos. Por sua vez, a escola questiona a sua prática tradicional compartimentada, buscando formas de trabalho interdisciplinares, organizações diferenciadas no tempo, através de ciclos, rompendo com a seriação e reprovação<sup>2</sup>. Também a própria ciência questiona a racionalidade que a domina, que separou, especializou, buscou regras e verdades que a fizeram avançar, mas hoje tem dificuldades de explicar essa sociedade complexa em que vivemos<sup>3</sup>.

E da mesma forma que as ciências tem se debatido sobre novas temas e propostas a Geografia igualmente deve e pode entrar nessa discussão. Assim, pretendemos nos concentrar naquelas propostas que estão tradicionalmente ligadas a Geografia, ou seja, aquelas que estão ligadas a gestão do território.

A face da crise que produz propostas diferenciadas para a gestão do território<sup>4</sup> é marcada pela globalização econômica e pelas transformações do Estado.

De uma forma sintética, podemos caracterizar a globalização econômica como uma nova etapa do capitalismo, onde o capital tem uma hipermobilidade, o avanço da tecnologia, da informação e da comunicação global são inigualáveis e as empresas transnacionais atingem faturamentos superiores a muitos Estados nacionais. Esse quadro tem provocado mudanças no modo de produção e a falta de emprego.

Paralelamente, o poder do Estado passa a ser cada vez mais transferido para

organismos acima e abaixo dele<sup>5</sup>. Isso porque, de um lado, o capital pede um estado mínimo e, de outro, as posições tanto progressistas como conservadoras consideram que o Estado que aí existe já não consegue dar conta das necessidades da sociedade. Assim, vivemos num momento histórico que cada vez mais aponta para uma grande exclusão social pela falta de emprego e pela ausência do Estado, gerando a necessidade de uma nova organização, uma nova gestão do território.

Esse movimento da sociedade podemos perceber através das diferentes linhas de pensamento atualmente existentes no meio acadêmico. Em um esforço teórico procuramos agrupá-las em 4 linhas diferentes, as quais apresentamos a seguir.

### **GLOBALISMO-NEOLIBERAL**

Esta linha de pensamento defende uma nova ligação entre Estado, empresa e sociedade civil, procurando um novo paradigma para gerir a sociedade, para que esse Estado assistencialista (do Bem-Estar Social) seja substituído.

As palavras chaves dessa proposição são reformas fiscais, descentralização, democratização e privatização. A proposta defende uma nova parceria com a empresa privada e a sociedade civil, onde essas assumem novas responsabilidades. À sociedade civil cabe a mão-de-obra, o conhecimento local, e a responsabilidade de articular-se com a empresa privada no sentido de encontrar soluções para seus problemas, à empresa privada cabe o investimento em áreas que até então eram geridas pelo poder público como saúde, energia, saneamento etc. No entanto a lógica de mercado é que continua a ditar as regras para a sociedade.

As ONGs<sup>6</sup>, tanto internacionais como nacionais são fundamentais nesse projeto, pois estariam aptas para alocar recursos e conseguir o apoio da população, já que têm a confiança desta<sup>7</sup>.

Essas posições são encontradas, em parte ou na íntegra, em documentos do Banco Mundial e da CEPAL, no documento de Ariel Fiszbein e Susan Crawford e também na própria Agenda 21.

### **GLOBALISMO**

O que caracteriza esta linha de pensamento é sua rejeição ao neoliberalismo, as críticas ao Estado que aí está e o entendimento de que a globalização gera caminhos para uma organização da sociedade que possam contribuir para diminuição da exclusão social.

A linha de pensamento globalista é contrária a ofensiva neoliberal por que ela conduz ao desemprego e a destruição dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, gerando um alargamento das camadas mais pobres e um estreitamento das camadas mais ricas.

O Estado é interpretado como um organismo ineficiente que não tem contribuído para aumento da qualidade de vida do conjunto da população e nem para

uma maior democratização da sociedade. Na realidade, ele é visto como um agente dominante aliado ao setor privado. O globalismo busca um Estado que seja cada vez menos centralizador e cada vez mais regulador dos interesses comuns da sociedade.

A globalização aqui não é considerada apenas na dimensão econômica. Ela é vista como um processo que atinge todas as esferas da sociedade, tornando-se um canal para que as lutas dos grupos oprimidos tenham um caráter global e ganhem maior possibilidade de sucesso, portanto essa linha de pensamento não acredita na elaboração de projetos para a gestão da sociedade que percam a perspectiva global.

O globalismo alia a dimensão ambiental a social, porque assim como os problemas ambientais, os problemas sociais também necessitam de uma escala territorial global.

As ONGs, sejam de autogestão, locais ou internacionais, são fundamentais nesse pensamento. O pensamento globalista pode caminhar por duas vias: uma que deseja promover um desenvolvimento local criando cooperativas de autogestão e também criando a possibilidade de um caminho de unificação global dos trabalhadores, operando na linha local mas não inviabilizando uma ação global; e outra, que parte direto para uma organização global da sociedade, criando organismos supranacionais que tanto podem ser ONGs ou organismos já conhecidos como a ONU (desde que sejam mais atuantes).

Posições do tipo global/local podemos encontrar em Carlos Walter Porto Gonçalves e Marcos Arruda. Posições que defendem os organismos supranacionais encontramos em Liszt Vieira, Leonardo Boff e Eduardo Viola<sup>8</sup>.

## LOCALISMO

Esta linha de pensamento defende que a alternativa à globalização da economia está no próximo, nas comunidades locais, pois nestes lugares é possível desenvolver a solidariedade.

A globalização econômica e as transformações do Estado são vistas como algo negativo, por levar a maioria da população à pobreza. No entanto, estas transformações do Estado e a globalização econômica são consideradas como inevitáveis. Dentro desse quadro, a alternativa levantada é criar uma política voltada para a economia popular.

A economia popular está baseada na economia informal, nos trabalhadores alternativos, nos grupos de autogestão, buscando construir uma solidariedade e outra idéia de qualidade de vida. A lógica de reprodução capitalista é transformada em lógica de reprodução da vida humana, investindo no ser humano.

Os elementos para a construção de uma economia popular são as ONGs, pequenas, micro e médias empresas. Esses estão na zona urbana, pois é onde concentra-se a maioria da população. O poder público é visto como um facilitador dessas propostas.

Esta linha de pensamento pode ser encontrada nos autores Milton Santos e José Luís Coraggio.

### **NACIONALISMO**

Esta denominação nacionalista está ligada a uma linha de pensamento que nega ou vê com desconfiança qualquer postulado de gestão do território que ameace o poder do Estado-Nação.

Os nacionalistas acreditam que hoje o estado e sua soberania estão ameaçados tanto por políticas de organismos internacionais (Banco Mundial, ONGs internacionais etc.) como por políticas que existem no interior do Estado (movimentos sociais, ONGs locais, etc.). A transferência de poder para organismos locais e globais é vista como uma forma de facilitar o domínio do capital transnacional no país.

A globalização é considerada como uma nova roupagem do imperialismo, ela não é regida por leis diferentes daquelas do século XIX, e por isso deve ser combatida, mas não com propostas que ameacem o Estado-Nação. Ao contrário, deve-se fortalecê-lo para combater a crescente internacionalização, criando mecanismos para proteger os trabalhadores dos efeitos negativos da globalização econômica e tornar as empresas nacionais competitivas no mercado internacional.

As posições ligadas a este nacionalismo que foi aqui aludido, podem ser encontradas em autores como Armem Mamigonian, Gervásio Rodrigo Neves, Paulo G. F. Vezentini e Eduardo Maldonado Filho.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a exposição dessas linhas de pensamento cabe aqui algumas considerações chamando atenção para alguns elementos que são ressaltados nos pensamentos expostos.

O primeiro deles é a respeito da relação teoria e prática. Aqui foi feita uma descrição de proposições teóricas que transitam no meio acadêmico e que ainda são idéias. No entanto, já há indícios na sociedade de muito do que foi levantado. Se pegarmos o exemplo da relação entre uma ONG e uma companhia privada que acontece na Colômbia, veremos os elementos que aparecem na linha do globalismo-neoliberal. A empresa British Petroleum (BP) encontrou um depósito de petróleo na Colômbia. Devido a necessidade de uma presença prolongada no país, queria desenvolver uma relação positiva com a comunidade local, principalmente porque a região possui atividade guerrilheira. A BP fundou ONGs para construir escolas e apoiar ações comunitárias, além de pedir apoio para o Banco Mundial para implementar programas assistencialistas. O Banco Mundial passou a ser intermediário entre a BP, governo e ONGs.

A “griffe” do Morro da Cruz em Porto Alegre, as escolas cooperativas em todo

Brasil, as cooperativas habitacionais e as iniciativas no Chile<sup>9</sup> dos anos 80, aproximam-se dos elementos expostos no pensamento localista. A “griffe” é uma ONG de autogestão composta por mulheres costureiras pertencentes a um lugar com baixas condições de vida. Elas se organizaram para produzir e gerar seu sustento. As escolas cooperativas são instituições em que a comunidade escolar é quem administra, pois a falta de estrutura da escola pública e a falta de dinheiro para pagar as escolas particulares têm levado o coletivo de pais a organizarem-se e tomarem para si o gerenciamento da educação de seus filhos. No Chile, as classes populares, mesmo numa situação marginal onde esses encontravam-se em um aparente “beco sem saída”, organizaram-se e responderam com iniciativas locais. Houve a criação de grupos de autogestão nos setores de carpintaria, artesanato, serigrafia etc. As cooperativas habitacionais tem sido uma forma alternativa da população para solucionar seus problemas de moradia, elas tem surgido nas classes profissionais. Os cooperativados reúnem-se e através de chás, festas, sorteios e mensalidades juntam o dinheiro para aquisição do terreno e para construção de casas<sup>10</sup>.

A crescente interferência de grupos como o Greenpeace nos problemas ambientais mundiais, a defesa cada vez mais rigorosa de que o combate às drogas, as campanhas contra a AIDS e os problemas ambientais (como destruição da camada de ozônio ou mudanças climáticas) devem ser geridos por organismos internacionais e não mais pelos Estados-Nação, estão ligadas às propostas globalistas.

O segundo fato é a respeito do Estado-Nação. Nós nos acostumamos a mapear e interpretar nosso mundo político com base na teoria da soberania, que sustenta ser a comunidade política do Estado a que exerce autoridade suprema sobre uma determinada jurisdição territorial (Smith: 1996, p. 66). Mas os pensamentos apresentados aqui demonstram que esta idéia de Estado-Nação está sendo reavaliada.

A escala geográfica<sup>11</sup> Estado-Nação não está mais sendo vista como satisfatória para dar conta das necessidades da sociedade (ainda que nunca seja aludido o fim do Estado-Nação), aparecendo outras escalas com alternativas a ela, a global e a local. Embora ainda haja a defesa da escala nacional, ela nunca foi tão questionada pelos setores da direita e da esquerda. Os primeiros condenam o Estado-Nação por comprometer a agilidade do capital, os segundos por acreditarem que o Estado-Nação não favorece a maioria da população, por ser um Estado privado. Esta convergência de críticas, embora em linhas opostas, nos dá indícios que o Estado-Nação deverá sofrer modificações e, portanto, é necessário entrar nesse debate.

O terceiro fato é relacionado ao “boom” das ONGs. Ao mesmo tempo que vemos o questionamento do Estado-Nação, a maior parte dos projetos para gestão do território apresentados, ressaltam o importante papel das ONGs. Isto porque elas têm sido reconhecidas por atender as necessidades da população, serem democráticas e estarem inseridas na comunidade conhecendo sua realidade.

No entanto, essas ONGs embora tradicionalmente estejam ligadas a setores da esquerda, comportando-se como organismos de resistência questionadores do grande capital, e que hoje parecem ter conseguido um reconhecimento quase unân-

nime de sua eficiência e necessidade, merecem um olhar mais atento. Pois algumas são verdadeiras empresas capitalistas que muito se distanciam de sua forma histórica, tanto que hoje já se utiliza o termo “ONGs históricas” para fazer esta distinção. Assim, neste momento em que elas são vistas como papel chave na sociedade, cabe avaliar que tipo de ONGs estamos falando, para que não ocorra ingênuas defesas.

O mundo vive uma crise, em que tudo parece estar em ebulição, inclusive a maneira de gerir o território. Aqui esboçamos diferentes linhas de pensamento como alternativas, cada uma com uma postura frente à sociedade. O movimento da história mostrará qual delas vencerá, ou se outras surgirão, ou ainda se todas coexistirão. O fato é que tudo indica que ocorrerão mudanças e não podemos nos alienar desta realidade. E embora tenhamos esses indícios teóricos e algumas realidades localizadas, nada se hegemonizou ainda. E portanto, não sabemos exatamente o que está por vir, podemos ter pela frente o medo, o desespero, mas também podemos ter um mundo melhor, onde as utopias possam ser (re)construídas e possam ser as realidades do século XXI. Cabe a todos nós entrar nesse debate, sem excessivos apegos ao passado, sob pena de não conseguirmos pensar numa outra sociedade que não tenha os moldes desta que conhecemos, pois como nos alerta IANNI(1997, p.7) para reconhecer essa nova realidade, precisamente no que ela tem de novo, ou desconhecido, torna-se necessário reconhecer que:

*“A trama da história não se desenvolve apenas em continuidades, seqüências, recorrências”.*

Por isso, talvez a atitude mais sensata neste momento seja caminhar com um pé na realidade, entendendo as armadilhas que podem estar contidas em toda essa novidade, mas o outro na fantasia, acreditando nas utopias. Afinal, “sonhar é preciso”.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Marcos. *Repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa, globalização competitiva e desenvolvimento*. Documento internet, 1998, Jornal Eletrônico Apágina da Educação: [www.a-página-da-educação.pt/arquivo/artigos/u0085.html](http://www.a-página-da-educação.pt/arquivo/artigos/u0085.html)
- BECKER, Bertha K.A *Geografia e o Resgate da Geopolítica*. In: Revista Brasileira de Geografia – IBGE/RJ, 1988.
- BOFF, Leonardo. *O grande pobre é a Terra*. In: Revista Ecos, Prefeitura Municipal de Porto Alegre- DMAE, n.º 11, ano 4, dezembro de 1997.
- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 3ª ed., RJ, Civilização Brasileira, 1997.
- CORAGGIO, José Luiz. *A construção de uma economia popular como horizonte para as cidades sem rumo*. In: Globalização fragmentação e reforma Urbana: O futuro das cidades brasileiras na crise, 2ª ed, Ribeiro Luiz César de Queiroz & Santos Júnior, Orlando

- Alves (org.), RJ, Civilização Brasileira, 1997.
- FILHO, Eduardo Maldonado. *Globalização e Neoliberalismo: o surgimento do novo ou a volta ao passado?* In: Carrion, Raul K.M. & Vezentini, Paulo G. Fagundes (org.) *Globalização, Neoliberalismo, Privatizações: Quem decide este jogo?* Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1997.
- FISZBEIN, Ariel & CRAWFORD, Susan. *Más Allá de Las políticas nacionales; Asociaciones para La Disminución de la pobreza*. 2ª Conferência Nacional Latino Americana sobre Desarrollo Económico. Santafé, Bogotá, 1996.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. *A Geografia e Movimentos Sociais no processo de globalização em curso: apontamentos*. In: Boletim Gaúcho de Geografia – Seção Porto Alegre nº 24, Ed. Unijuí, 1998.
- SMITH, Graham. *Teoria política e geografia humana*. In: GREGORY, Derek & MARTIN, Ron & SMITH, Graham (org.). *Geografia Humana-RJ*, Jorge Zahar Editor, 1996.
- HEIDRICH, Álvaro Luíz. *Tendências e mudanças recentes na organização do espaço em face dos processos de reestruturação econômica global e reforma do Estado*. In: Boletim Gaúcho de Geografia – Seção Porto Alegre nº 24, Ed. Unijuí, 1998.
- MAMIGONIAN, Armém. *A América Latina e a economia mundial: o caso brasileiro*. Comunicação ao IV Encontro de Geógrafos latino Americanos, La Habana, Cuba, agosto 1994.
- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Bertrand Brasil. RJ, 1996.
- NEVES, Gervásio R. *Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas)*. In: Santos M., Souza M. A., Silveira M. L. *Território, globalização e fragmentação*, SP, Hucitec, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Graal, RJ, 1989.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço : técnica e Tempo. Razão e emoção*. Hucitec, SP, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo; Globalização e meio técnico científico informacional*. 2ª ed., Hucitec, SP, 1996.
- PASCHERO, Tomas Pablo. *A história biopatógráfica*. Associação médica homeopática. Argentina, 1981.
- VEZENTINI, Paulo G. Fagundes A. *Globalização e os impasses do neoliberalismo*. In: Carrion, Raul K.M. & Vezentini, Paulo G. Fagundes (org.) *Globalização, Neoliberalismo, Privatizações: Quem decide este jogo?* Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1997.
- VIOLA, Eduardo. *Globalização, democracia e sustentabilidade: as novas forças sociopolíticas transnacionais*. In: Becker, Bertha K. e Miranda, Mariana. *A geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*, RJ, UFRJ, 1997.
- HEMELRYCK, Libero Van et ali. *Organizações econômicas populares e desenvolvimento local: potencialidades no Chile*. In: Contexto e Educação, Ed. Unijuí, nº 6, 1987.
- Manual de práticas construtivas e material de regime legal aplicável as ONGs*. Manual Preparado pelo Banco Mundial, versão em espanhol: Fernando Roja (consultor), maio 1998. Documento da internet, Home-page Banco Mundial: [www.Wolbank.org](http://www.Wolbank.org).

---

\*Licenciada em Geografia, especialista no Ensino de Ciências da Terra, mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora de Geografia na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS.



- <sup>1</sup> Paschero, Tomas Pablo A história Biopatográfica, Associação médica homeopática, Argentina, 1981.
- <sup>2</sup> Este assunto é bastante tratado nos Cadernos Pedagógicos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre nºs 5, 8, 9.
- <sup>3</sup> Os trabalho de Edgar Morin, 1996e Boaventura Santos traduzem estes questionamentos.
- <sup>4</sup> Gestão do território é entendida com prática estratégica. científica e tecnológica do poder no espaço-tempo. Becker,1988.
- <sup>5</sup> Heidrich,1988, desenvolve esta questão apontando que a crise do Estado acontece tanto no plano institucional como no plano da articulação sociedade-território.
- <sup>6</sup> As ONGS são consideradas organizações privadas voluntárias.
- <sup>7</sup> A importância dada as ONGs é também relacionada a sua colaboração com o mercado. Em um documento do Banco Mundial sobre estes organismos podemos encontrar o que segue: “ La tercera justificación de carácter económico de las leyes sobre ONGs consiste en que estas organizaciones brindan apoyo indirecto al crecimiento y al buen funcionamiento de la economía de mercado. Existen pruebas de que las economías de mercado florecen mejor donde hay estabilidad social, confianza pública en las instituciones y respeto por el Estado de Derecho. Estos valores sociales son impulsados por las leyes para el sector de las ONGs. El trabajo que mejor ha documentado este punto de vista ha sido tal vez el del Profesor Robert Putnam de la Universidad de Harvard. Con fundamento en una profunda investigación sociológica del Norte y del Sur de Italia que se extendió por veinte años, el Profesor Putnam concluyó que el factor que mejor predice el desarrollo económico futuro es la existencia de fuertes tradiciones cívicas de cooperación, redes sociales, confianza y compromiso con el bien común, un conjunto de condiciones interconectadas que él denominó “capital social”. (Manual de Práticas Construtivas e Material de Regime Legal Aplicável as ONGs, Manual Preparado pelo Banco Mundial, versão em espanhol Fernando Roja- consultor, maio 1998. Documento da internet, Home-page Banco Mundial, [www. Woldbank.org](http://www.Woldbank.org))
- <sup>8</sup> Eduardo Viola no artigo Globalização, democracia e sustentabilidade: as novas forças sociopolíticas transnacionais ,cita várias forças que fazem a defesa de organizações supranacionais.
- <sup>9</sup> Estas experiências encontram-se no artigo de Libero Van Hemelryck et ali, 1987. Embora hoje não tenhamos como comprovar que essas iniciativas ainda existam, que já se passaram 12 anos, elas continuam sendo elementos que ligam as proposições colocadas na linha localista a uma prática concreta.
- <sup>10</sup> Em Porto Alegre, até 1988, podíamos encontrar cerca 55 cooperativas habitacionais, e elas constituem um fórum intitulado Cooperativas Habitacionais Autogestionárias. Em 1988, fundaram uma central de cooperativas, para qualificar ainda mais sua atuação.
- <sup>11</sup> O termo escala geográfica é entendido aqui como níveis distintos de relações de poder, expressas em um determinado território. Para fundamentar nossa visão nos utilizamos de Becker (1988) quando define escalas geográficas segundo níveis significativos de territorialidade e/ou gestão do território, arenas políticas, expressões de uma prática espacial coletiva fundamentada na convergência de interesses. As escalas geográficas são: o lugar, a região, o Estado-Nação, o global e o espaço cósmico.